

Parlamento dos Jovens 2014

Nos dias 26 e 27 de Maio de 2014, foi realizada mais uma jornada do Parlamento dos Jovens. O tema apresentado este ano foi “Crise demográfica (emigração, natalidade, envelhecimento)”. Os jovens de cada distrito e regiões autónomas deveriam apresentar 5 medidas no máximo, que representassem a sua região ou distrito e que seriam debatidas, primeiro em comissões e, mais tarde, em assembleia.

No primeiro dia, as comissões reuniram-se para debaterem os projectos apresentados por cada região, ao mesmo tempo que os jornalistas eram livres de circular nas 4 comissões existentes para tirarem apontamentos e fotografias. A mesa da 1ª comissão era formada pelo deputado do PSD, Duarte Marques; pelo deputado do PSD Pedro Pimpão; e pela assessora Joana Figueiredo. A mesa da 2ª comissão era formada pelo deputado Luiz Fazenda, do BE; pela deputada Ana Catarina Mendes do PS; e pelo assessor Joaquim Ruas. A mesa da 3ª comissão era formada pela deputada Catarina Marcelino, do PS; pela deputada Inês Teotónio Pereira, do CDS-PP; e pela assessora Ana Vargas; A mesa da 4ª comissão era formada pelo deputado André Pardal, do PSD; pela deputada Rita Rato, do PCP; e pela assessora Maria Mesquita.

Durante o tempo passado nas comissões cada círculo deve apresentar e defender que o seu projecto tem as melhores medidas para levar a assembleia, para assim serem seleccionadas as medidas que melhor criam um projecto a nível nacional.

O primeiro dia foi encerrado com a atuação dos “wannabees”, uma banda jovem que alegrou o final de tarde de todos os presentes.

No dia 27 de Maio, houve a abertura solene do plenário e as habituais perguntas colocadas pelos jovens aos deputados. Às 12 horas houve uma conferência de imprensa em que um deputado respondeu às perguntas colocadas pelos jornalistas das escolas presentes. Depois do almoço houve a conclusão do debate e a votação final global da Recomendação, na qual ficaram aprovadas as dez melhores medidas apresentadas em assembleia, que foram:

1- Obrigatoriedade da introdução do número de elementos do agregado familiar para o cálculo de taxas, impostos e outras contribuições. Ex: IMI, Tarifa Familiar da Água, etc.

2- Implementação/incremento de políticas de apoio a natalidade tais como uma redução do IVA dos produtos destinados a bebés, alargar os direitos do abono de família e direito ao subsídio de arrendamento para a habitação jovem.

3- Atribuição de benefícios fiscais a empresas que possuam creches e infantários e atribuição de apoios as empresas que não possuem mas que desejam possuir. Isto visando conciliar a vida profissional com a vida familiar dos trabalhadores, e também implementar medidas subsidiárias.

4- Incentivos fiscais e redução de impostos para os empreendedores que apresentem projectos válidos para a criação e consolidação de postos de trabalho, se os mesmos produzirem ou utilizarem produtos nacionais.

5- Reforço do apoio financeiro as famílias carenciadas e numerosas (com três ou mais filhos), estendendo se ao transporte escolar, à alimentação e, cumulativamente, a bolsas de estudo ou de mérito atribuídas pelas instituições de ensino, a vigorar enquanto os jovens tenham aproveitamento escolar.

6- Diminuir a burocracia e melhorar os serviços de apoio técnico inertes à aprovação de projectos e criação de empresas, assim como divulgar os programas de apoio existentes.

7- Criação e implementação de empresas universitárias por todo o país para jovens empreendedores, livres de impostos, com apartado

fixo na própria universidade, permitindo, deste modo, o maior aproveitamento da formação especializada, cativando a continua estadia dos jovens portugueses, alterando o regulamento das bolsas do ensino superior.

8- Promover a existência e criação de pequenas e médias empresas, quer facilitando a sua criação quer concedendo benefícios fiscais, nomeadamente nas empresas do interior e que promovam emprego jovem, sendo que estas ter-se-iam de comprometer a manter a sua sede num período de cinco anos.

9- Criação de postos de trabalho através da facilitação do crédito às PME, do apoio à criação de novas empresas através de cofinanciamento da União Europeia, com uma fiscalização apertada, no sector primário (agricultura, pecuária e pesca) assim como no turismo, que permitam a fixação da população jovem e criem melhores condições de vida que permitam aos jovens constituir família mais cedo e mais numerosa

10- Abertura de edifícios reabilitados a microincubação empresarial e ao empreendedorismo jovem e qualificado, para combater a emigração, criando emprego e dinamizar as famílias.

Muitos jovens consideraram a experiência divertida, enriquecedora, magnífica e gratificante, pois ajudou a ter uma percepção do que é feito numa assembleia, do que é ser deputado, e até se a política ou o jornalismo era uma área profissional a seguir.



1ª Comissão



2ª Comissão